

Edição v. 43
número 3 / 2024

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 43 (3)
set/2024-dez/2024

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

A pessoa e o exercício da cidadania plena: narrativas jornalísticas e a representação da deficiência na *Folha de S. Paulo*

The person and full citizenship exercise: journalistic narratives and disability representation in *Folha de S. Paulo*

WILSON COUTO BORGES

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: wcborges1@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2785-3658>

JOSÉ CARLOS MENDES MOREIRA XAVIER

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: jcmmx21@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8643-5720>

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BORGES, Wilson Couto; XAVIER, José Carlos Mendes Moreira. A pessoa e o exercício da cidadania plena: narrativas jornalísticas e a representação da deficiência na Folha de S. Paulo. **Contracampo**, Niterói, v. 43, n. 3, set./dez. 2024.

Submissão em: 24/01/2024. Revisor A: 15/03/2024; Revisor B: 12/03/2024; Revisor C: 19/07/2024. Aceite em: 15/09/2024.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v43i3.61552>

Resumo

O presente artigo é resultado de análise das construções narrativas sobre a deficiência, presentes no jornal *Folha de S. Paulo*, em sua versão digital, especificamente, dentro das editorias Ciência, Mercado e Saúde, tomando como base os anos de 2021 e 2023, em perspectivas sincrônica e diacrônica. A partir de um referencial teórico-metodológico que se ancora na Narratologia, no Modelo Social da Deficiência e na Avaliação Biopsicossocial, apontamos que é através do que se busca evidenciar, como a noção de deficiência vinculada ao assistencialismo, que o periódico promove uma atualização histórica do modelo neoliberal, marginalizando grupos sociais. Por fim, destacamos o quanto narrativas produzidas por um meio de comunicação de massa buscam produzir consensos que impactam a inclusão social e a garantia do exercício da cidadania plena.

Palavras-chaves

Comunicação; Saúde; Narratologia; Deficiência; Biopsicossocial.

Abstract

This paper is the result of an analysis of narrative constructions about disability, present in the *Folha de S. Paulo* newspaper, in its digital version, specifically within the sections Science, Market and Health, taking 2021 and 2023 as basis, from synchronic and diachronic perspectives. Based on theoretical-methodological framework anchored in Narratology, The Social Model of Disability and Biopsychosocial Assessment, we emphasize that it is through what seeks to highlight, such as the notion of disability linked to social assistance work, that the newspaper promotes an update historical of the neoliberal model, marginalizing social groups. Finally, it is highlighted how narratives produced by mass media seek to produce consensus that impacts social inclusion and the guarantee of the exercise of full citizenship.

Keywords

Communication; Health; Narratology; Disability; Biopsychosocial.

Introdução

O final dos anos 1970, e, especialmente, nos anos 1980,¹ quando também ocorre a redemocratização no Brasil, é um cenário profundamente marcado pela atuação dos movimentos sociais, cujos desdobramentos impulsionam vários ativismos identitários na direção da emancipação de grupos subalternizados e oprimidos historicamente. Os debates sobre a deficiência se fortalecem e acabam por observar a incorporação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF),² criada em 2001 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), introduzindo o modelo de avaliação biopsicossocial da deficiência, uma espécie de aprimoramento do modelo social dos anos 1970, que passa a compreender a deficiência como característica de pessoas com impedimentos de longo prazo que, em interação com barreiras e fatores contextuais, podem limitar a participação social (Brasil, 2023a).

Além da CIF, a importância dessa abordagem pode ser verificada a partir da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, inserida, por emenda, em 2009, na Constituição Federal de 1988, e da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). A primeira, em seu artigo 1º, estabelece clara observância aos impedimentos de longo prazo, sejam eles físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais que, em interação com as barreiras, são capazes de obstruir a participação social plena, em igualdade de condições (Brasil, 2009). A segunda, em seu artigo 2º, parágrafo 1º, cita que a avaliação da deficiência “será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar” (Brasil, 2015, s/p), considerando os impedimentos nas funções e estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades e a restrição na participação social.

Entretanto, e valorizando-se uma perspectiva diacrônica, historicamente, observa-se que o conceito de deficiência surge por volta dos anos 1960, em um desdobramento da 2ª Guerra Mundial, baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), arraigado à concepção do corpo com algum comprometimento, o que evidencia o seu caráter biomédico (Bernardes; Araújo, 2012). Tal construção social, embora tenha passado por revisões, como as contidas nos resultados de trabalhos que começaram a circular no final dos anos 1970 e que consideram a deficiência para além de um mero corpo anormal ou despadronizado, não foi capaz de romper com um ambiente segregador, hostil à diversidade e intimamente vinculado aos ideais capitalistas.

Entendemos a deficiência como uma construção permanente e partimos do pressuposto de que as diferentes perspectivas conceituais ainda coexistem em uma intensa luta pela sua nomeação (Sasaki, 2021), sem que uma tenha superado as outras. Assim, nossa hipótese é que a presença do paradigma capitalista moderno, operando com outras racionalidades, sustentado pelos meios de produção que visam o lucro, ao qual estão incluídos os meios massivos de comunicação, promove um fortalecimento do capacitismo, da invisibilidade e da exclusão daqueles que não atendem ao perfil produtivista centrado na corponormatividade. Por isso, a relevância na análise das matérias jornalísticas propostas, buscando verificar se e como a imprensa privilegia algum dos modelos conceituais da deficiência, o que, à primeira vista, nos parece estar materializado em um reforço ao modelo biomédico, que apresentam seus conteúdos sob um viés eminentemente mercadológico.

1 A ONU declarou 1981 como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD), momento em que foi colocado em prática um plano de ação em níveis internacional, regional e nacional, com ênfase na equiparação de oportunidades, reabilitação e prevenção de deficiências (Crespo, 2009).

2 A CIF é um conjunto de classificações de saúde e dos aspectos relacionados à saúde, que objetiva determinar graus de funcionalidade e incapacidade associadas às pessoas, visando ao monitoramento da saúde da população, junto à Classificação Internacional de Doenças (CID). Referindo-se aos modelos da deficiência (médico e social), prevê: “A CIF baseia-se em uma integração desses dois modelos opostos. Uma abordagem ‘biopsicossocial’ é utilizada para se obter a integração das várias perspectivas de funcionalidade. Assim, a CIF tenta chegar a uma síntese que ofereça uma visão coerente das diferentes dimensões de saúde sob uma perspectiva biológica, individual e social” (OMS, 2008, p. 13-15 e 32).

Ainda que contemporaneamente a credibilidade jornalística passe por um momento de inflexão (Oliveira, 2020; Albuquerque, 2020), face à centralidade que os veículos de comunicação de massa ocupam em nossa sociedade, associada à estrutura narrativa que nada esconde, observar as informações que são postas em circulação por um dos principais jornais do país, como a *Folha de S. Paulo* (FSP), contribui para a compreensão de como se cristalizam percepções sobre a deficiência que dialogam com um passado histórico, interpelando leitores a conferirem sentidos sobre determinado paradigma, como é o caso do biomédico, que mantém forte relação com o capacitismo e o assistencialismo e produz consequências deletérias sobre o lugar do exercício da cidadania.

A construção narrativa da deficiência na Folha de S. Paulo

A análise descrita nestas páginas é fruto de uma investigação sobre as narrativas da deficiência, a partir de um conjunto de informações jornalísticas³ publicadas no jornal FSP,⁴ em sua versão on-line,⁵ no mês de setembro de 2023, um recorte que apresenta certa recorrência argumentativa, como veremos adiante. Metodologicamente, optamos por fazer uso da Narratologia, partindo da identificação daquilo que a FSP publicou e fez circular em suas páginas (observando o fenômeno em uma perspectiva sincrônica), mas relacionando tais informações jornalísticas com alguns intertextos, sem perder de vista sua dimensão diacrônica. Nossa perspectiva é, partindo de Motta (2005), tomar essas texturas com uma abordagem teórico-metodológica que identifique a narrativa não apenas como aquilo que é escrito, mas como um constructo que permite apontar a produção de sentidos em uma perspectiva crítica, buscando evidenciar como se realizam movimentos que convidam leitores, interpelando-os a aderir às informações veiculadas (Borges, 2014, 2022, 2024).

Quando investigamos pelas lentes da Narratologia, estamos buscando observar, paralelamente, como tais construções narrativas, biomédica, social ou biopsicossocial, são atualizadas nas páginas dos jornais, cristalizando conceitos, deslocados do momento histórico em que são propostos, mas de forma naturalizada. Nesse sentido, com o rigor que o método exige, queremos apresentar uma interpretação crítica para além de apontar os padrões que se repetem, valorizando contextos, espaços e papéis que indivíduos ocupam e/ou exercem em nossa sociedade. Em outros termos, isso pode nos conduzir à compreensão de que a manutenção dessas hierarquias sociais (em um pólo, materializado em modelos ideais; no outro, nas pessoas com impossibilidade de alcançar tais modelos) é parte de um processo em que tais construções são elementos centrais do antagonismo que move nossa sociedade.

Retendo a noção de que uma narrativa não pode ser compreendida apenas como um discurso, escrito ou falado (Motta, 2005), avançamos na direção de identificar nos textos jornalísticos uma ação a partir da forma como se materializam nas páginas do veículo (Ricoeur, 1994). Isto é, da maneira como um autor constrói seus enunciados, consciente ou inconscientemente (Jameson, 1992), identificamos uma equivalência entre uma teoria da narrativa e uma teoria da ação, na qual, durante o processo de configuração e refiguração, narrador e receptor são responsáveis pela “construção da narrativa, produzindo performances linguísticas movidas por motivações e intenções recíprocas, repleta de valores, ideologias, memórias, o que move em ambos a vontade de construir sentido” (Borges; Franklin, 2022, p.

3 Doravante, nomearemos como informações jornalísticas ou matérias, os textos produzidos sob a forma de notícia ou de reportagem, indistintamente, mas entendendo que há diferenças entre elas, tendo, a primeira, em uma dimensão mais atual e factual e, a segunda, como uma construção mais aprofundada sobre as temáticas, aprofundando-as, nos termos propostos por Lage (1985).

4 Segundo os portais *My Best* (2023) e *iServiços* (2023), a FSP é um dos cinco sites de notícias mais acessados no Brasil.

5 Apesar da análise ter sido feita na versão on-line do jornal FSP, mesmo sendo uma fonte restrita, vez que é requerida a assinatura para acesso completo aos conteúdos, entendemos ser relevante avaliar o que circula em um grande veículo comunicativo do Brasil. Segundo o próprio jornal: “O Grupo Folha é um dos principais conglomerados de mídia do país” (*Folha de S. Paulo*, 2023).

10). Assim, mais do que daquilo que se fala, é central para nós a intencionalidade presente na fala, com seus potenciais efeitos.

Objetivamente, pretendemos analisar o quanto a construção narrativa sobre a deficiência, enquanto estrutura comunicacional constitutiva de comportamentos, reforça ou afasta o modelo social, contribuindo para (ou obstaculizando) a inclusão, requisito para o exercício da cidadania plena e fundamento para a construção de políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência. Neste sentido, Filho e Ferreira (2013) destacam o necessário imbricamento da participação social, em interação com o Estado, na formulação e implementação de políticas públicas. Menicucci (2011), por sua vez, reforça a correlação com a saúde, afirmando que a adoção de políticas públicas nessa área é fundamental para a garantia do direito à saúde.

O marco das análises é 2023, durante setembro, historicamente um mês muito importante para as pessoas com deficiência, apresentando uma série de datas representativas (19/09 – Dia Nacional do Teatro Acessível; 21 de setembro – Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência; 22 de setembro – Dia Nacional do Atleta Paralímpico; 23 de setembro – Dia Internacional da Língua de Sinais; 26 de setembro – Dia Nacional do Surdo), o que pode contribuir para a potencialização das narrativas, conferindo maior visibilidade a essas pessoas.

A escolha de 2023 não é aleatória e guarda algumas considerações necessárias:⁶ 1) é o marco temporal da declaração do fim da emergência de saúde pública internacional da Covid-19 (Opas, 2023), entendendo que a mídia analisada, e como é analisada, não estaria mais impregnada pela preocupação com as mazelas da pandemia – o que singulariza o momento histórico; 2) recorreremos à análise diacrônica, retornando ao ano de 2021, justamente porque vivíamos a emergência sanitária, com uma média próxima a 5 mil mortes por semana,⁷ no mês de setembro, o que poderia sugerir um enviesamento das reportagens encontradas, haja vista a preocupação com a vacinação preferencial para os grupos de risco, entre eles o das pessoas com deficiência; 3) não analisamos os anos de 2020 e 2022, o primeiro por ter sido aquele de compreensão e organização mundial no combate à doença, além de o mês de setembro não ter apresentado uma curva de óbitos tão distinta da ocorrida em 2021; o segundo, por ter apresentado taxas expressivamente mais baixas, com as mortes não alcançando os mil casos por semana. Assim, dentro do sítio on-line da *FSP*, realizamos uma busca com a palavra *deficiência*, entre 1º e 30 de setembro de 2023 e, depois, entre 1º e 30 de setembro de 2021. Das informações contidas nesses períodos, foi nas editoriais Mercado, Saúde e Ciência que localizamos o conjunto dos textos jornalísticos. Na sequência, mapeado nosso corpus, aplicamos, na dimensão analítica, a Narratologia para a investigação das matérias, fazendo-as dialogar sincrônica e diacronicamente com as construções que circulam socialmente sobre as pessoas com deficiência.

Entendendo que os meios de comunicação de massa exercem papel central no tempo presente (Borges, 2014, 2024) e que o recorte adotado não inviabiliza a plausibilidade da análise, cabe ressaltar que observamos a versão on-line do referido periódico, o que, apesar da sua envergadura nacional, acaba por proporcionar uma abordagem geograficamente distinta da versão impressa, preponderante no estado de São Paulo. Pode também haver alguma limitação no impacto gerado sobre os leitores, haja vista as possíveis barreiras impostas a determinados contingentes populacionais, em virtude da impossibilidade de acesso à internet, por distintas razões, ou mesmo por não terem uma assinatura do veículo comunicacional.

6 É importante destacar que as informações jornalísticas presentes na *FSP* em 2023 não são exclusivas deste ano, tampouco se esgotam nele, como a incorporação de 2021 nos permite evidenciar. Num recorte mais longitudinal, pode-se apontar que as notícias e reportagens, tomadas aqui numa dimensão mais pontual, acompanham a forma como esse periódico veicula a cobertura sobre a saúde. O enquadramento aqui explorado está presente pelo menos desde 2014, quando passamos a monitorar a forma como os Fóruns “A Saúde no Brasil” eram anunciados por esse veículo.

7 Os dados de óbitos relacionados à Covid-19, no Brasil, foram obtidos no Painel Coronavírus Brasil (Brasil, 2023b).

Entretanto, não menos relevante é o fato de as informações contidas no ambiente digital favorecerem aquilo que Carlón (2022) qualifica como ampliação da circulação via digitalização. Ou seja, para o autor, a possibilidade de compartilhamento do que é veiculado pelos meios tradicionais de comunicação foi amplificada a partir do fenômeno de recortar a informação e compartilhá-la nas redes sociais digitais.

Seguindo a ordem de busca preestabelecida, em 2023, encontramos 28 textos jornalísticos, sendo 24 na editoria Mercado, três em Saúde e um em Ciência – a própria concentração em Mercado emerge como pista importante a ser explorada e merecerá um olhar mais detido na sequência de nossa exposição. Desse total, cinco foram excluídas da análise por tratarem de condições não associadas à deficiência, como a ausência de substâncias no corpo (insulina e hormônios, por exemplo) ou como um número aquém do esperado (menos casas entregues no programa *Minha Casa, Minha Vida*). Explorando o rastro deixado pela *FSP*, é possível apontar o quanto tais construções jornalísticas restringem a dimensão da deficiência, vinculando-a a questões normativo-assistencialistas e acentuando a dimensão da falta, alinhada ao paradigma biomédico: 14 abordavam temas como salário mínimo, imposto de renda, empréstimo consignado, previdência e a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Concomitantemente, outras três faziam referência direta à oportunidade de vagas de emprego ou estágio para pessoas com deficiência; uma tinha como tema central a reforma tributária; outra trazia informações sobre o lançamento de um veículo autônomo acessível; e a terceira abordava o mercado financeiro.

Nas outras três matérias também não aparece uma relação entre deficiência e a inclusão e participação sociais enquanto garantidoras da cidadania. Nesse sentido, é oportuno destacar que, mesmo que apareçam em editorias distintas, a dimensão da cidadania e da participação ficam subsumidas, ora em um assistencialismo, ora na necessidade de ajustes fiscais para equilíbrio das contas do Estado. Note-se que pouco ou quase nada emerge desses textos na valorização da dimensão da cidadania, que dialogaria diretamente com o paradigma biopsicossocial. Antes, em franca relação com um conjunto de transformações, cuja ordem econômica opera como princípio norteador, para enxugar gastos públicos (tabela de Imposto de Renda, Reforma da Previdência, revisão de benefícios, como o BPC) em detrimento da construção de políticas públicas mais inclusivas. Diante desse cenário, é possível compreender o quanto a racionalidade econômica opõe, de um lado, inclusão dos mais diversos movimentos sociais na agenda política e na construção de políticas públicas mais equânimes, e, de outro, a valorização do encolhimento do Estado e de uma (pseudo)meritocracia, que insiste em manter à margem grupos sociais historicamente excluídos.

Percebemos, assim, uma perspectiva da deficiência intimamente vinculada ao assistencialismo, tendo como eixo central a implementação de políticas quase exclusivamente ligadas a temas que dizem respeito ao mercado de trabalho. O que esse posicionamento indica? Por que Saúde e Ciência são praticamente deixadas de lado? Perguntas que nos sugerem respostas centradas num ideal produtivista, onde, diante de uma população que também envelhece a passos largos, busca-se uma força de trabalho até então relegada, esquecida, e ainda podendo se valer de (pseudo)ações sociais, como presente na matéria do dia 17 de setembro de 2023, que podem sugerir, em verdade, a obediência à legislação de cotas ou à concessão de benefícios fiscais.⁸

Retornando a 2021, usando os mesmos critérios de busca, foram encontrados 15 textos jornalísticos, sendo quatro na editoria Mercado e 11 na editoria Saúde. Nenhum foi encontrado em Ciência, o que nos desperta interesse, haja vista as possibilidades que deixam de ser analisadas, como os avanços tecnológicos nas órteses e próteses feitas por impressoras 3D, por exemplo. Do total obtido, duas

8 Ainda que a questão do envelhecimento não seja objeto central de nossa análise, é interessante observar o quanto os avanços de determinadas pautas sociais têm sido combatidos por posicionamentos mais conservadores. Seja através de políticas afirmativas, seja através da concessão de benefícios fiscais para o primeiro emprego ou para o prolongamento da permanência das pessoas no ambiente de trabalho, estes são apresentados narrativamente como obstáculos, como entraves, para que grupos já socialmente privilegiados alcancem o que deveria ser seu por mérito.

matérias não se referiam às pessoas com deficiência, mas sim a um serviço mal prestado; três tratavam de condições não associadas à deficiência como, por exemplo, a ausência de hormônios no organismo. Outras sete faziam referência à Covid-19, abordando a deficiência em relação à vacinação. Novamente, estavam na editoria Mercado algumas das vinculações mais explícitas com a dimensão da deficiência: uma trazia a deficiência restrita ao pragmatismo normativo-assistencialista, espelhando, mais uma vez, a obediência às políticas de cotas e de benefícios fiscais; e as outras duas, que selecionamos, discutiam o paradigma da inclusão pela qualificação para o mercado de trabalho, enquanto forma de participação social, como uma condição indispensável para a efetivação da cidadania.

A partir das duas unidades selecionadas, nossa análise aponta que elas não têm por objetivo aprofundar a discussão histórica da deficiência, muito menos a sua evolução conceitual, fruto de muita luta dos movimentos sociais (Crespo, 2009, p. 125). É no contexto de “disputa, onde as representações discursivas e os interesses sociais agem de forma parcial, priorizando o corpo padronizado, considerado normal e produtivo” (Xavier, 2022, p. 24) que emerge o modelo social da deficiência, o qual, junto à avaliação biopsicossocial, ancora nossa abordagem. Um entendimento que privilegia a inclusão, requisito para o exercício da cidadania plena, muito além da simples garantia de direitos, identificando, nas matérias selecionadas, as narrativas sobre a deficiência a partir de uma representação que pensa a pessoa e não o corpo.

Análise das matérias selecionadas

Para analisar as narrativas sobre a deficiência, precisamos levar em conta aspectos relacionados aos campos da Saúde e da Comunicação, sem perder de vista que as representações a ela atribuídas produzem sentidos e estão repletas de relações de poder capazes de determinar discursos e formatar identidades, contribuindo para uma maior ou menor inclusão (Sacramento; Borges, 2021). Com essa perspectiva, “não se pode perder de vista o quanto as construções jornalísticas fornecem elementos que interferem na construção da história e da memória” (Borges, 2014, p. 89).

Neste sentido, vale reforçar que os meios de comunicação de massa gozam de destaque na contemporaneidade, em grande medida pela popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), e que as “as narrativas produzidas pelos meios, além de desfrutarem de uma capilaridade acentuada, interferem decisivamente na vida de milhares de pessoas” (Borges, 2014 p. 85). Há uma organização textual que segue determinados padrões e interesses, uma estratégia embebida em um simbolismo que leva em conta ideologias, contextos políticos e econômicos (Borges, 2014). Como alertam Ramos e Borges (2022, p. 60), “os processos comunicativos e as representações, por eles reforçadas, convocam leitores, ouvintes, telespectadores, internautas a assumirem para si esse constructo social que é posto em circulação”, tendo a mídia uma voz central, enquanto constrói, reafirma e ressignifica aquilo que deve ser considerado deficiência. Evidentemente, isso não significa conceber como audiência passiva as pessoas com as quais tais narrativas dialogam. Entretanto, parte da força dessas construções noticiosas repousa na forma como os meios articulam suas ideologias na arquitetura de um periódico.

Diante do panorama descrito acima, objetivamente, selecionamos cinco matérias de forma a adensar nossas análises: três de setembro de 2023 e duas de setembro de 2021, nas quais buscaremos apresentar as articulações com paradigmas há muito celebrados em nossa sociedade. Não acidentalmente, todas se encontravam dentro da editoria Mercado, o que sugere, sob nosso ponto de vista, uma aproximação aos interesses da economia capitalista. Posição que encontra respaldo na afirmação de Stevanim e Murtinho (2021), ao tratarem do processo evolutivo em busca da democratização da comunicação em nosso país. Para entender como se faz comunicação no Brasil, é preciso ter

em conta a hegemonia de um modelo de mídia privado-comercial, fortemente imbricado com os interesses políticos dominantes no Estado; mídia e política se

relacionam organicamente, não raro com a adição de outros componentes, como religião, autoritarismo e clientelismo, o que resulta no déficit de políticas democráticas voltadas para a construção de um cenário mais equilibrado, plural e diverso (Stevanim; Murtinho, 2021, p. 58).

Olhando para setembro de 2023, jogamos luz sobre três reportagens, respectivamente publicadas nos dias 17, 18 e 30. A primeira, do dia 17 de setembro, está intitulada *As razões pelas quais empresas têm forçado retorno ao trabalho presencial* e tem o subtítulo *Controle, maior produtividade das equipes e manutenção da identidade da empresa estão entre os motivos* (As Razões, 2023), o que denota uma abordagem centrada nas preocupações mercadológicas. A matéria discute alguns pontos sobre a tendência de adoção do trabalho híbrido ou remoto nas empresas, em função de adequações devidas ao contexto da pandemia de Covid-19, e sobre a tentativa de retorno ao trabalho totalmente presencial, *a priori*, buscando os benefícios da interação física, mas que, em verdade, diz muito da necessidade que o capital tem de exercer o controle sobre seus subordinados.⁹

A discussão passa a nos interessar quando aborda a temática da inclusão, fazendo menção à flexibilidade na execução da rotina laboral, sem tensionar as consequências dessa inclusão condicionada, ao adotar-se formas remotas ou híbridas. Neste trecho, há uma citação particularmente relevante, de um consultor de local de trabalho, do Reino Unido: “A flexibilidade pode não parecer uma questão de diversidade e inclusão, mas é”. Uma afirmação que vem sustentada em dados de uma pesquisa que avaliou os benefícios das rotinas de trabalho híbrida ou remota, indicando, por exemplo, uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e uma significativa mudança para a realidade das pessoas com deficiência, uma vez que o caráter remoto poderia eliminar determinadas barreiras de acessibilidade, além de poder remover o estigma associado a essa condição humana. Este é o ponto central para nós, pois houve o reconhecimento de que o trabalho remoto, além de eficaz, pode promover a diversidade, a inclusão e a maior satisfação de diversos trabalhadores, entre os quais estão os que convivem com alguma deficiência. No entanto, não se pode negar o quanto essa inclusão é relativa, especialmente se considerarmos que nem todas as pessoas têm acesso, por exemplo, às próprias tecnologias que permitem tal flexibilidade. Nesse sentido, para além de uma atualização do paradigma biomédico, o eufemismo contido em uma pesquisa no Reino Unido, alicerçada em dados de pesquisa, parece ignorar outras determinantes das condições de vida no Brasil, se comparada àquela região.

Esses benefícios são reconhecidos pela narrativa apresentada na matéria, que questiona o próprio conceito de trabalho e a necessidade da frequência obrigatória e física nos espaços corporativos. Uma construção argumentativa que, apesar de estar centrada no debate sobre a produtividade laboral e de não trazer qualquer imagem de pessoas com deficiência, entre as 30 vinculadas à matéria, revela uma preocupação com essa parte da população, ao pensar na redução de barreiras e na inclusão, aproximando-se ao modelo social da deficiência e ao exercício da cidadania, primando pela garantia de direitos sociais, como o direito ao trabalho, mas sem abrir mão da qualidade de vida em detrimento da produtividade. Uma narrativa que é reforçada nos sete comentários deixados por leitores,¹⁰ onde não é abordada a temática da deficiência, mas são destacados alguns dos benefícios trazidos pelo trabalho

9 Ainda que o processo de plataformização do trabalho não seja objeto central de nossas reflexões, não se pode desprezar o movimento internacional de aumento da precarização do trabalho, e suas consequências para a classe trabalhadora, orientado pela (nova) racionalidade neoliberal. Nesses termos, acompanhamos a descrição e a crítica contida naquilo que Grohmann (2020) qualificou como racionalidade empreendedora.

10 Há aqui um importante ponto de inflexão a partir da presença dos comentários de leitores da FSP. Para nós, ao evidenciar a participação de seus leitores, o jornal atualiza estratégias de diálogo com seu público, valorizando, paralelamente, seu lugar de fala autorizada. Se antes, era através da seleção das Cartas dos Leitores que os veículos reforçavam a noção de que a opinião pública estava com ele, com as transformações permitidas com a internet, é com a seleção dos comentários que eles reforçam o lugar de mediadores neutros da realidade.

híbrido ou remoto e reforçada a percepção de poder centrado no capital.

No dia 18 de setembro de 2023, temos o segundo texto selecionado, com o título *Como empresas se adaptam a famílias com menos filhos, startup de capacitação em TI capta R\$ 1,5 mi e o que importa no mercado* (Búrigo, 2023), que não é acompanhada por imagens, senão por um gráfico de curva demográfica. É uma informação jornalística inserida na edição da *newsletter* FolhaMercado, um boletim informativo basicamente segmentado em três matérias curtas, sendo a segunda a que se refere às pessoas com deficiência. Ela destaca a atuação de uma *startup brasileira*,¹¹ fundada em 2019, que conseguiu angariar um investimento de R\$ 1,5 milhão e cuja atividade se relaciona à oferta de cursos para capacitação em tecnologia, formando novos profissionais ou qualificando aqueles que já estão empregados. Note-se que, nessa passagem, pouca ou nenhuma preocupação há em compreender a deficiência em um quadro biopsicossocial. A própria noção de capacitação para o mercado de trabalho obstaculiza uma compreensão mais ampla da deficiência, ignorando uma série de determinações sociais que interferem em todo processo.

O ponto que nos interessa destacar fica para o fato de que a empresa buscava formar pessoas que pertenciam a grupos sociais minoritários na carreira de TI, como as mulheres. Em seguida, a notícia cita mais duas outras empresas, uma que promovia um programa de formação voltado para negros e pessoas com deficiência ou neurodivergentes, e a segunda, em linguagem de programação, para mulheres pretas ou pardas. Nesse quadro, ainda que não deliberadamente, a *FSP* assume a exclusão como estrutural, reforçando uma categorização social estigmatizante que assemelha pessoas com determinadas características de cor, gênero, deficiência e ignorando que boa parte dessas ações dialoga com movimentos organizados com vistas à emancipação e à ressignificação de grupos sociais oprimidos historicamente. Ao analisarmos os textos jornalísticos em tela, não podemos deixar de iluminar o quanto tais narrativas se inserem em um antagonismo social que, embora subsumido na matéria, nos revela o quanto avanço de categorias identitárias, como aquelas associadas ao gênero, à raça e à classe, se fazem sentir, especialmente através da maneira como as informações presentes na *FSP* acabam ocultando.

Analisando a matéria, percebemos uma narrativa que está centrada na inclusão de grupos minoritários no mercado de trabalho, o que representa uma forma de promoção da inclusão social e da garantia de direitos que possibilitam o exercício da cidadania. Uma informação que, analisada em separado, parece ser positiva, e tenderíamos a concordar. No entanto, apesar de pensar a inclusão social das minorias, trazendo a concretização da cidadania para grupos populacionais historicamente privados de seus direitos, ela está em um boletim informativo localizado dentro da temática Mercado e vem precedida de outra notícia que informa sobre a diminuição da taxa de nascimentos e o consequente envelhecimento da população, gerando sentidos sobre a forma como o processo deve ser lido.

Uma visada mais atenta talvez nos permita crer que essa disposição narrativa não parece ter sido aleatória, afinal, com uma população mais velha (1ª informação), haveria a necessidade de se buscar mão de obra para o mercado, justificando a procura em camadas populacionais, até então, marginalizadas (2ª informação). Por que não recorrer a ações *nobres*, qualificando parcelas populacionais historicamente esquecidas pelo mercado de trabalho, como mulheres, negros e pessoas com deficiência? Parece-nos razoável pensar que essas ações, para além da preocupação com a inclusão de minorias, que é legítima e urgente, estão motivadas pela manutenção da lógica capitalista que arregimenta contingentes populacionais tidos, até então, como improdutivos ou mesmo desnecessários, em busca da maximização da produção, em um quadro de transformação do capitalismo.

A última matéria selecionada foi a do dia 30 de setembro de 2023, com o título *Beneficiária do Bolsa Família cria rede de apoio e atende mais de 100 crianças* e o subtítulo *Dyane Ayala, 41, recebe benefício há cinco anos; na pandemia, montou projeto ao ver a fome chegar: "Um fortifica o outro"* (Gercina, 2023).

11 Em linhas gerais, as *startups* são empresas jovens e inovadoras que buscam soluções para desafios específicos, majoritariamente na área de tecnologia.

O título nos remete à política de transferência de renda através de programas sociais e narra a história de uma mulher, moradora de uma comunidade de São Paulo, beneficiária de um desses programas, que, à época da pandemia, deu início a um projeto social para ajudar famílias locais, principalmente crianças com deficiência, vindo a constituir uma ONG. Oportuno destacar que tal construto é oferecido em um quadro no qual os ajustes fiscais e a financeirização se tornaram objetivo precípua do Estado. A matéria, cujas imagens não fazem alusão à deficiência, mas a momentos do cotidiano da personagem central, está construída em cima de um conjunto de entrevistas, ao longo de um ano, e espelha um pouco das dificuldades enfrentadas por essa mulher, seus familiares e seus vizinhos, dentre os quais se destacam mães solo e pessoas com deficiência. Além disso, possui um comentário que não dialoga diretamente com a deficiência, mas destaca a desigualdade vivida em nosso país, inclusive por muitas das pessoas com deficiência,¹² onde a economia, segundo o autor do comentário, se sustenta às custas dos mais pobres.

Para além da discussão sobre a ação social desenvolvida pela entrevistada, que tem um irmão com deficiência, e como isso vem impactando a vida dos moradores locais, nos interessa buscar a narrativa produzida. Não há uma construção específica, voltada às pessoas com deficiência, seja sobre políticas sociais ou mesmo sobre o corpo com deficiência. Contudo, é possível percebermos a produção de sentidos associada à incapacidade e à vulnerabilidade, reforçando um modelo que, a despeito de avanços em nossa legislação, dialoga com uma memória construída há muitos anos, sob a égide do olhar biomédico. A centralidade está em uma história de vida que enaltece a ação solidária de uma moradora de comunidade, que vem a garantir direitos básicos a uma parcela da população local, exercendo papel que caberia ao poder público.

Neste ponto, é relevante destacar a preocupação demonstrada com a inclusão social, fato que se aproxima de um ideal garantidor de direitos e de uma cidadania mínima, especialmente quando a reportagem atesta a presença de um número de crianças com deficiência além do esperado, nos eventos realizados pela ONG. Uma constatação que revela a invisibilidade a que essas pessoas estão expostas em nossa sociedade, especialmente aquelas que já convivem com dificuldades inerentes à maioria das comunidades no Brasil: como as pessoas com deficiência física se locomovem em uma comunidade localizada em áreas de difícil acesso, por exemplo? Como uma criança surda poderá se proteger de eventuais confrontos armados, ao se deslocar pelas ruas de sua comunidade? O poder público sabe, efetivamente, quantas pessoas com deficiência moram em comunidades? Quais são suas deficiências? Questões problematizadoras que encontram, na reportagem trazida, um lembrete de que precisamos defender a inclusão e, acima de tudo, a equidade, afinal as pessoas com deficiência estão em todos os locais, da cidade ao campo, dos bairros nobres às comunidades.

Retrocedendo à 2021, também a setembro, selecionamos duas matérias para análise, nos dias 10 e 28, também na editoria Mercado, lembrando que, naquele momento, vivíamos a emergência da Covid-19 e tínhamos outras pessoas e ideologias à frente do governo federal. Um cenário contextual, portanto, diferente do atual. A primeira reportagem, do dia 10 de setembro, tem o título *Governo de São Paulo vai pagar R\$ 1.000 a empreendedor que se formalizar*, acompanhado do subtítulo *Bolsa vai priorizar grupos em situação de vulnerabilidade* (Oliveira, 2021a), uma referência direta a um programa de transferência de renda do governo do Estado de São Paulo, direcionado a empreendedores que viessem a se formalizar, priorizando grupos mais vulneráveis. Ora, levando-se em conta as contradições que ocorriam entre o ex-governador de São Paulo, João Doria, e o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, e observando a ausência de comentários, poderíamos nos interrogar: tal texto não mereceu manifestações de leitores ou não foram registrados pela FSP? Seriam seus leitores contrários aos programas sociais ou a forma como estes estavam sendo direcionados?

12 A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), divulgada em 2023, trouxe dados relevantes que atestam um menor rendimento médio real do trabalho principal recebido, de forma geral, por pessoas com deficiência (IBGE, 2022).

Mergulhando mais a fundo, mas sem perdermos a força de tais construções narrativas, percebemos que o objetivo do governo, no recorte feito pelo jornal, foi a formalização de empreendedores, até então informais, concedendo uma ajuda de custo em dinheiro e uma vaga em curso de qualificação, como incentivos àqueles que aderissem ao programa. Entre o público-alvo, estavam pessoas com deficiência, mulheres, negros e indígenas, extratos sociais muito afetados pela pandemia. Quando observamos nosso passado histórico não tão distante, é possível notar que o principal enquadramento dado pelo jornal trata de dois eixos estruturantes do debate sobre a deficiência: o primeiro, assentado no assistencialismo e no capacitismo, reforça a noção de que as pessoas com deficiência necessitam da caridade, presente em alguns desses programas; o segundo, que se encontra e dialoga com o primeiro, largamente tributário do ideário neoliberal, reforça que só necessitam de apoios através de programas sociais as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Ou seja, simultaneamente, há um olhar sobre a deficiência em franca relação com o sistema capitalista.

Reconhecendo as dificuldades impostas pela pandemia às pessoas com deficiência, a narrativa textual reforça que estávamos vivendo um momento de crise, com efeitos negativos sobre a economia e que o empreendedorismo era visto como uma saída, especialmente diante da inércia do governo federal. Ou seja, se a pessoa apresenta dificuldades em empreender, mesmo diante das ofertas a que o jornal faz menção, acentuam-se as múltiplas exclusões a que parte da população brasileira está imersa. Paralelamente, cita, também, outras iniciativas e outros programas de transferência de renda implementados pelo governo paulista, mas não deixa de reforçar o caráter político dessas ações, ao comparar a atuação local, da prefeitura de São Paulo, tida como agregadora, com a do então presidente do Brasil, tida como desagregadora.

A matéria faz apenas uma menção às pessoas com deficiência, quando indica os beneficiários do programa de transferência de renda. Porém, cabe ressaltar, embora haja uma dupla produção de sentidos, econômica (formalização do trabalho) e política (comparação com a atuação do governo federal) que, ao considerar grupos sociais excluídos, o foco de luz é a eles direcionado, o que, no mínimo, tende a levantar o debate em torno da inclusão social e da garantia da cidadania. Quanto às imagens vinculadas, não apresentam qualquer relação com as pessoas com deficiência, o que sugere um reforço à exclusão desse público. Tais elementos parecem reforçar o viés político da matéria, na qual um carrossel com 24 imagens exibe a figura do então governador, em diferentes locais, nos principais momentos vivenciados na pandemia, sugerindo, sob nosso ponto de vista, o reforço da figura do salvador.

Por fim, a última matéria analisada, de 28 de setembro de 2021, centra sua narrativa na qualificação da mão de obra, tida como escassa no mercado de trabalho, especificamente no setor de tecnologia. Seu título é *Startups oferecem cursos para enfrentar apagão de mão de obra* e subtítulo *Iniciativas também têm como meta ampliar diversidade* (Oliveira, 2021b), acompanhando o amálgama entre datificação e financeirização, que consubstancia a racionalidade neoliberal (Grohmann, 2020). Diante da dificuldade em encontrar mão de obra qualificada, algumas *startups* passaram a oferecer cursos ou estabelecer parcerias para formar futuros funcionários, buscando pessoas em grupos com pouca representatividade na área tecnológica, como mulheres, negros e pessoas com deficiência. Trata-se de uma narrativa que, mesmo separada no tempo por dois anos em relação ao segundo texto de 2023 (18 de setembro), mantém semelhança e continuidade ao produzir um enquadramento baseado no mercado e resumido à formação de mão de obra. Uma narrativa ancorada em regras, signos e em uma bagagem cultural e histórica, evidenciando o que se quer mostrar e apagando o que se objetiva esquecer (Borges, 2014). Como nos ensina Ricoeur (1994), a narração manipula a memória e encaminha a cristalização de determinado imaginário, revelando nuances da experiência humana de forma proposital.

A narrativa central gira em torno da lógica mercadológica ao analisar a escassez de mão de obra qualificada e a busca por formação, visando atender às necessidades empresariais, mas cabe o destaque: se, por um lado, é reforçada uma noção de que *apenas* com o assistencialismo as pessoas *incapacitadas* e

excluídas podem superar as barreiras de inaptidão impostas pela ordem econômica, por outro, a matéria reconhece que iniciativas como a descrita podem proporcionar maior diversidade. Ao narrar algumas experiências relacionadas a mulheres e pessoas trans, reconhece que a diversidade tem o poder de capacitar as empresas para entender a diferentes realidades, uma construção que, mesmo podendo estar vinculada a uma lógica produtivista, nos permite pensar a inclusão social e laboral, e o quanto isso está associado à garantia de direitos e à cidadania. Há apenas uma imagem associada à informação, a partir da qual se destaca uma mulher jovem, aparentemente de raça parda ou negra, mas sem deficiências visíveis. O único comentário vinculado faz referência a uma suposta ação midiática, no sentido de se buscar cristalizar uma situação de dificuldade, através da repetição de determinado tema, para, em seguida, publicar matérias vinculadas às possíveis soluções. Não há um diálogo direto com a deficiência, mas a estratégia apontada se assemelha ao reforço na produção e circulação de determinados sentidos.

O exercício da cidadania, a comunicação e a deficiência

Para que seja possível pensarmos o exercício da cidadania plena, precisamos, primeiro, destacar que entendemos a comunicação (narrativas jornalísticas), a saúde (deficiência) e a cidadania como conceitos interligados, agindo diretamente uns sobre os outros. Esta última, fundamento do Estado Democrático de Direito, conforme o artigo 1º, II, da Constituição Federal de 1988, é uma das condições para a existência da democracia como sinônimo de soberania popular. Ou seja, a efetivação da cidadania plena depende, grosso modo, da garantia de direitos, entre os quais estão o direito à comunicação e o direito à saúde.

A comunicação, em nossa sociedade, deve ser reconhecida como um direito humano. Está expresso em nossa Constituição Federal, em seu artigo 5º, e “requer um conjunto de outros direitos civis, políticos e sociais para que seja garantido” (Stevanim; Murtinho, 2021, p. 45). Já a saúde, inscrita no capítulo dos direitos sociais, a partir do artigo 6º da CF, também nos interessa, pois atravessa a vida de qualquer cidadão brasileiro, especialmente aqueles que constituem parcelas sociais historicamente excluídas, como as pessoas com deficiência, implicando na aceitação imediata, por parte da sociedade, de alguns elementos que estão inscritos no imaginário social brasileiro, como a deficiência vinculada a uma possível fragilidade da saúde. Um imaginário que acaba por interferir na apropriação das narrativas jornalísticas pelas pessoas (Borges, 2014, 2022, 2024).

Saúde, segundo o conceito estabelecido pela OMS, em 1946, e problematizado na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) por Arouca (1986), deve ser entendida como a composição de um bem-estar físico, social e afetivo, a partir da garantia de direitos básicos, como os direitos à educação, ao saneamento, à moradia, ao meio-ambiente e a informações capazes de permitir o conhecimento do mundo em que vivemos e interferir nas tomadas de decisões. Tudo isso em um ambiente livre, que não esteja submetido ao medo da violência proveniente de outras pessoas ou mesmo do governo, pois viver sem medo é viver com a liberdade em seu sentido mais amplo.

Como afirmam Stevanim e Murtinho (2021, p. 71-72), trazendo à memória o período da redemocratização do Brasil e a própria 8ª CNS, já existiam, naquele momento, articulações entre vários movimentos sociais no sentido de buscar a conexão entre comunicação e saúde, entendendo que esta “requer ações efetivas que a articulem aos diversos determinantes sociais, como as condições de vida, trabalho e cultura, bem como de comunicação”. Araújo e Cardoso (2007) lembram que a comunicação guarda especial aproximação à saúde, especialmente no campo da saúde coletiva, estando diretamente relacionada aos princípios do SUS (doutrinários e organizativos), não podendo ser desassociada da noção de direito e devendo buscar o aperfeiçoamento do sistema público de saúde, através da garantia do debate público e do acesso a informações que permitam a efetiva participação social nas políticas de saúde e assistência social.

Comunicação e Saúde, portanto, enquanto direitos, precisam ser reconhecidos e garantidos a todas as pessoas, inclusive às com deficiência, para que seja efetiva e plenamente exercida a cidadania e assegurada a democracia. Por isso, a importância em analisar as narrativas midiáticas e a produção de sentidos sobre a deficiência. Analisar o que está sendo construído e posto em circulação sobre a deficiência e sobre as pessoas que vivem com essa realidade, sob pena de reforçarmos a exclusão, os estereótipos e os estigmas, consubstanciando velhos paradigmas que retornam por vezes de forma espectral (Borges, 2022, 2024), em veículos de comunicação de massa.

Precisamos construir um país democrático, onde haja equidade e seus cidadãos, com deficiência ou não, sejam iguais em direitos, o que demanda políticas públicas adequadas, capazes de dirimir diferenças, aproximando os desiguais e dialogando com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite (Decreto nº 11.793/2023), que prevê, expressamente, o desenvolvimento de ações e políticas para o enfrentamento ao capacitismo, a garantia da acessibilidade e a promoção de direitos (Brasil, 2023a).

As matérias analisadas neste artigo, por sua vez, representam uma construção narrativa mais centrada nos interesses do mercado e no assistencialismo e menos na construção de políticas públicas ou no exercício da cidadania plena, embora tenham tentado demonstrar, em certa medida, uma preocupação com a inclusão. Nesses termos, e ainda que não o mencione explicitamente, tais narrativas acabam por atualizar um enquadramento da pessoa com deficiência pelo prisma biomédico, obliterando o avanço de perspectivas mais integralizadoras. A inclusão é fator decisivo para pensarmos a cidadania, mas nos parece relevante o reforço conferido à narrativa assistencialista na fotografia oferecida pelo veículo comunicacional, o que cristaliza uma posição permanentemente desfavorável daqueles que não se encaixam em uma suposta normatividade produtiva. Como alerta Moreira (2021), a narrativa contaminada pelo racismo primordial, que engloba a aversão à deficiência, acaba por naturalizar as práticas no ambiente social, fabricando consensos, promovendo apagamentos, reduzindo alteridades e marginalizando ainda mais os considerados diferentes, como se precisassem ser domesticados.

Considerações finais

O presente artigo, circunscrito a matérias publicadas na *FSP*, em 2021 e 2023, e à produção e circulação dos sentidos que delas emergem, nos remete a um reforço da lógica econômica de mercado, a partir da qual se fala da pessoa com deficiência vinculada a noções de inclusão e de diversidade como garantidoras de direitos fundamentais e sociais, estando associadas às necessidades da sociedade capitalista e à sua lógica produtivista. Sob nosso ponto de vista, portanto, apesar de considerarmos necessário o debate sobre a inclusão social das pessoas com deficiência e o quanto isso lhes garante o exercício da cidadania plena, não podemos desconsiderar o padrão adotado pelas narrativas midiáticas postas em circulação, as quais, independentemente do momento de publicação, da política ou da orientação ideológica de governos ou empresários, majoritariamente, primam por um enquadramento mercadológico com viés assistencialista.

Assim, entendemos que a deficiência não deve ser usada como um distintivo social inferiorizante, reforçado em narrativas jornalísticas que valorizam as necessidades do mercado em prejuízo do reconhecimento de direitos e que contribuem para “um processo de vigilância e punição, em que desvios implicariam fracasso e julgamento” (Ramos; Borges, 2022, p. 65). Seguindo essa trilha, não nos afastaremos do entendimento trazido pelo modelo de deficiência centrado na avaliação biopsicossocial, que busca identificar não apenas as estruturas e funções do corpo, mas também o contexto de vida das pessoas e o quanto a interação com uma ou mais barreiras pode impedir a participação plena na sociedade.

Por fim, mas não menos significativo, está o lugar que as narrativas jornalísticas ocupam na cena contemporânea. O fato de produzirem e fazerem circular sentidos em larga escala – no caso particular da

FSP –, se servindo do imaginário social brasileiro e o atualizando, nos mostra que não estamos diante de um tipo qualquer de narrativa. Ao propor tais construções, em franco diálogo com a visão de mundo das grandes corporações econômicas, a tomada de posição por determinado paradigma sobre as pessoas com deficiência significa uma catapulta ou um obstáculo para uma cidadania emancipatória, radical, com vistas a conseguirmos assistir à efetivação dos compromissos por Sérgio Arouca anunciados.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso. O discurso das fake news e sua implicação comunicacional na política e na ciência. **RECIIS**, v. 14, p. 184-198, 2020.

ARAÚJO, Inesita S. de; CARDOSO, Janine M. **Comunicação e Saúde**. Temas em Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AROUCA, Sérgio. **Discurso de Abertura da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. 1986. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/48681>. Acesso em: 28 ago. 2022.

AS RAZÕES pelas quais empresas têm forçado retorno ao trabalho presencial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 setembro 2023. Mercado, s/p. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/as-razoes-pelas-quaes-empresas-tem-forcado-retorno-ao-trabalho-presencial.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BERNARDES, Liliane C. G.; ARAÚJO, Teresa C. C. F. de. Deficiência, políticas públicas e bioética: percepção de gestores públicos e conselheiros de direitos. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(9):2435-2445, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/csc/a/5YqYsgQjtbMvwWDsxnTymfS/?lang=pt>. Acesso em: 19 maio. 2021.

BORGES, Wilson C. A Narratologia deve estar atenta à cultura. In: LERNER, Kátia; SACRAMENTO, Igor (Orgs.) **Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

BORGES, Wilson C. Entre a tipografia e a guilhotina: imaginário, subjetividade e política na investigação de uma conjuntura. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 14, n. 3, p. 384-407.

BORGES, Wilson C. Razão e emoção na composição de narrativas que interpelam: circularidades analógicas e digitais no Brasil do século XXI. In: NEDER, Gizlene; SILVA, Ana Paula Barcelos R.; GOMES, Jônatas Roque M. **História transnacional e global: circulação de ideias e apropriações culturais**. Rio de Janeiro: MauadX, 2024, p. 247-268.

BORGES; Wilson C.; FRANKLIN, Camila F. M. A (des)patologização de Jair Bolsonaro nas redes em tempos de pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista Mídia e Cotidiano**, volume 16, Número 2, mai-ago de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.949/2009. **Promulga a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 5 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146/2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#art124. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 11.793/2023. **Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite**. Brasília: Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11793.htm. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus Brasil**. 2023b. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BÚRIGO, Artur. Como empresas se adaptam a famílias com menos filhos, startup de capacitação em TI capta R\$ 1,5 mi e o que importa no mercado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 setembro 2023. Mercado, s/p. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/como-empresas-se-adaptam-a-familias-com-menos-filhos-startup-de-capacitacao-em-ti-capta-r-15-mi-e-o-que-importa-no-mercado.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2023.

CARLÓN, Mário. ¿El fin de la invisibilidad de la circulación del sentido en la mediatización contemporánea? **Designis**, n. 37, p. 245-253, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.35659/designis.i37p245-253>. Acesso em 22 jan. 2023.

CRESPO, Ana Maria M. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania**. Tese apresentada à Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História. São Paulo: USP, 2009.

FILHO, Adilson V. Cabral e FERREIRA, Gildete, Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência. In: **SER Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 93-116, jan./jun. 2013.

FOLHA DE S. PAULO. **Conheça o Grupo Folha**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em: 05 nov. 2023.

GERCINA, Cristiane. Beneficiária do Bolsa Família cria rede de apoio e atende mais de 100 crianças. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 setembro 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/beneficiaria-do-bolsa-familia-cria-rede-de-apoio-e-atende-mais-de-100-criancas.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2023.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a datificação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, v. 22, n. 01, jan-abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022**. Pessoas com Deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102013>. Acesso em: 24 julho. 2023.

ISERVIÇOS. **Top 10 melhores Sites de Notícias no Brasil**. Disponível em: <https://www.iservicos.com.br/top-10-melhores-sites-de-noticias-no-brasil/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico**. São Paulo: Ática, 1992.

LAGE, Nilson. **A estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985.

MENICUCCI, Telma. A política de saúde no governo Lula. In: **Saúde Soc.** São Paulo, v. 20, n. 2, p. 522-532, 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/yzwrw4ap>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MOREIRA, Fernando. Contra estigmas e generalizações: o direito à voz e as estratégias de apagamento e invisibilidade do sujeito no texto jornalístico. In: **Revista Rumores**, 30, vol. 15, 2021, p. 1-28. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/186553>. Acesso em: 02 set. 2023.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia: análise da narrativa jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

MY BEST. **Top 10 melhores sites de notícias em 2023**. Disponível em: <https://br.my-best.com/20702>. Acesso em: 05 nov. 2023.

OLIVEIRA, Filipe. Governo de São Paulo vai pagar R\$ 1.000 a empreendedor que se formalizar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 setembro 2021a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/governo-de-sao-paulo-vai-pagar-r-1000-a-empresario-que-se-formalizar.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2023.

OLIVEIRA, Filipe. Startups oferecem cursos para enfrentar apagão de mão de obra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 setembro 2021b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/startups-oferecem-cursos-para-enfrentar-apagao-de-mao-de-obra.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2023.

OLIVEIRA, Thaiane M. de. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. **Liinc em Revista** (16), 2, 2020.

OMS. **Classificação Internacional da Funcionalidade Incapacidade e Saúde: Atividades e Participação Factores Ambientais**. 2008. Disponível em: http://www.periciamedicadf.com.br/cif2/cif_portugues.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

OPAS. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19, 2023**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 30 out. 2023.

RAMOS, Raíssa V. R; BORGES, Wilson C. Mídia, representação e circularidade: a potência de Vai Que Cola frente aos sentidos sobre alimentação saudável. In: FERREIRA, F. R.; SIQUEIRA, D. C. O.; BLACHA, L. E.; PRADO, S. D. (org.). **Comensalidades em narrativa: estudos de mídia e subjetividade**. Salvador: EDUFBA, 2022, p. 59-79.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

SACRAMENTO, Igor; BORGES, Wilson C. **Representações Midiáticas da Saúde**. Temas em Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

SASSAKI, Romeu. **Uma Breve História dos Movimentos de Pessoas com Deficiência**. Projeto de financiamento coletivo Romeu Sasaki – Sociedade Inclusiva. São Paulo, 2021.

STEVANIM, Luiz Felipe; MURTINHO, Rodrigo. **Direito à Comunicação e Saúde**. Temas em Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

VILELA, Lailah Vasconcelos de Oliveira.; BERNARDES, Liliane Cristina Gonçalves; CRISPIM, Marcius Alves; MARCELINO, Miguel Abud. **Proposta de aprimoramento do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado – IFBrM**. Mimeo: Brasília/DF, 2023. Disponível em: <http://ampid.org.br/site2020/ifbrm-aprimorado/>. Acesso em: 24 maio. 2023.

XAVIER, José Carlos Mendes Moreira. **Silêncio e Invisibilidade: Iniquidades expressas na comunicação sobre deficiência em campanhas do Ministério da Saúde, entre 1988 e 2020**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde, para obtenção do título de Mestre em Informação e Comunicação em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.

Wilson Couto Borge é doutor em Comunicação (UFF) e mestre em Ciência Política (UFF). Pesquisador titular em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, vinculado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde/Fundação Oswaldo Cruz (PPGICS/ICICT/Fiocruz). Pesquisador associado aos Grupos de Pesquisa CNPq Laboratório Cidade e Poder (CNPq/LCP/UFF) e Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (CNPq/Nechs/Fiocruz), do qual também é colíder. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; redação do manuscrito; revisão de texto e revisão em língua estrangeira.

José Carlos Mendes Moreira Xavier é pesquisador na temática da deficiência, políticas públicas, informação e comunicação. Integra, como assistente de pesquisa, o NIPPIS (Núcleo de Informação, Políticas Públicas e Inclusão Social) - Fiocruz e UNIFASE. Doutorando e Mestre em Informação e Comunicação em Saúde (ICICT/Fiocruz-RJ). Pós-graduado em Fotografia: Imagem, Memória e Comunicação, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM/RJ) e Pós-graduado em Gestão Estratégica da Comunicação pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA/RJ). Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes (UCAM/RJ). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; redação